

BRUNO SOUZA LEAL

brunosleal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

CRIMES DE PROXIMIDADE E MODOS DE APROXIMAÇÃO: FRONTEIRAS NARRATIVAS

INTRODUÇÃO

Ao longo de 2013 e no início de 2014, foi realizado um acompanhamento da cobertura jornalística brasileira acerca da violência contra mulher, tendo como foco aqueles casos que ocorrem no âmbito das relações afetivas, afetivo-sexuais e de convivialidade (como no trabalho e nas instituições de educação, por exemplo). Os assassinatos constituem grande parte dessas ocorrências noticiadas, em meio a variadas formas de violência física e simbólica. Assim, no esforço de apreender a morte como acontecimento midiático, este levantamento permite inseri-la num conjunto mais amplo de eventos, num esforço que, curiosamente, busca compensar a “contextualização fraca” (Pasinato, 2011; Leal, Vaz & Antunes, 2012) encontrada nas narrativas noticiosas. Nessa perspectiva mais ampla, o conjunto de notícias sobre a morte no âmbito da violência de gênero fornece pistas interessantes sobre os modos como as mídias interpretam e configuram os “campos problemáticos” da vida social.

O levantamento, que não tem a pretensão de ser exaustivo, buscou estabelecer um mapa inicial acerca das características gerais da cobertura jornalística brasileira e, para isso, acompanhou as edições, ao longo de oito semanas, distribuídas em oito meses subsequentes, de nove mídias informativas distintas. Compuseram esse *corpus*, os dois portais informativos mais importantes do país – e vinculados aos dois principais jornais impressos de circulação nacional –, o *Uol*, do grupo Folha, e o *G1*, das Organizações Globo; o principal telejornal brasileiro, o *Jornal Nacional*, da TV Globo; e um conjunto de mídias regionais, todas baseadas no Estado de Minas Gerais, o telejornal policial, o *Balanço Geral*, da TV Record; o telejornal generalista e popular *Jornal da Alterosa*, 2ª edição; o portal *Uai*, dos Diários Associados; o principal radiojornal da capital mineira, Belo Horizonte,

o *Jornal da Itatiaia*, e dois jornais impressos, o tradicional *Estado de Minas* e o popular *SuperNotícia*, o mais vendido do gênero no Brasil.

O levantamento define-se como uma pesquisa qualitativa, que utiliza procedimentos diversos, mas todos voltados para a produção e análise de informações em suas distintas particularidades. Mais que dados estatísticos, buscou-se coletar um conjunto diverso e heterogêneo de materiais a partir dos quais fosse possível verificar tanto *o que* é narrado quanto, e fundamentalmente, *como* isso é feito. Consequentemente, os silêncios e os não-ditos se configuram como lugares de observação e estudo. Tem-se em vista, com esse desenho geral da pesquisa, as reflexões feitas por Braga (2008) acerca dos estudos em Comunicação como “indiciários”, ou seja, que partem da apreciação de casos específicos para a elaboração de proposições mais abrangentes e, conseqüentemente, para, ao menos potencialmente, a renovação teórica. Isso implica, então, a atenção à especificidade de dados e casos; a distinção entre seus aspectos “essenciais” e “acidentais”; a produção de inferências que, por sua vez, caracterizam as “regras internas” de cada caso e o insere num contexto mais amplo.

Nesse movimento, lembra Braga (2008), faz-se presente um conjunto de tensões, fundamentais ao processo de produção de conhecimento, que envolvem as relações entre saberes já instituídos e situações particulares, entre realidades concretas e a abstração de regras, parâmetros, recorrências e diferenças, entre as especificidades dos processos sociais e das dinâmicas comunicacionais. A opção, portanto, por uma pesquisa de caráter qualitativo e não estatístico tem como horizonte não apenas a articulação entre casos específicos e relações mais abrangentes como também o enfrentamento produtivo dessas tensões.

Nesse sentido, este artigo problematiza inicialmente um dos aspectos mais abrangentes passível de ser verificado no conjunto de mais de 600 textos coletados: as relações de proximidade/distância que as narrativas estabelecem com os leitores e com os acontecimentos noticiados. Geralmente, no âmbito dos estudos em jornalismo, a proximidade surge sob duas perspectivas complementares. De um lado, é reconhecida como um dos elementos de noticiabilidade mais importantes, como apontam, entre vários outros, os trabalhos de Wolf (1994) e Silva (2005 e 2014). De outro, é uma das estratégias narrativas mais frequentes, na busca de articulação entre a notícia e os mundos dos leitores/ouvintes/espectadores (Leal, 2008). No entanto, o que se verifica no mapeamento das notícias sobre casos de violência contra a mulher efetivamente apresentadas pelas mídias informativas brasileiras é que a relação de proximidade é indissociável de uma outra, a do estabelecimento de distâncias e fronteiras.

Nessa reflexão, não se atentará para as narrativas noticiosas propriamente ditas, ou seja, sobre os modos como as mortes são configuradas verbo-visualmente nos diferentes textos encontrados, tal como fizeram, por exemplo, Zelizer (2010) e Biondi e Vaz (2013 e 2011). O foco aqui é a proximidade como elemento conformador das notícias (e da noticiabilidade) e algumas relações ali presentes. Assim, o percurso argumentativo inicia-se com a retomada acerca da morte como notícia, de modo a marcar um modo como esta é entendida, para, a seguir, desenvolver uma breve revisão crítica da relação entre proximidade e a noticiabilidade jornalística, e, então, apresentar os dados coletados e refletir sobre algumas de suas possíveis implicações. Dadas as limitações deste trabalho, a reflexão centrar-se-á na ação midiática dos portais jornalísticos, responsáveis pela maior parte do material recolhido no levantamento mencionado.

NOTAS SOBRE A MORTE COMO NOTÍCIA

Se o entendimento da proximidade como um critério de noticiabilidade exige que se atente para sua complexidade, o mesmo pode ser dito acerca da morte. Ao contrário da percepção de que a morte seria um valor-notícia fundamental (como advoga, por exemplo, Traquina, 2001), estando presente em diferentes narrativas jornalístico-midiáticas, estudos recentes apresentam indícios que essa “presença” é bem mais ambígua. Aqueles que afirmam a visibilidade da morte nos eventos midiáticos têm referência, por um lado, nos grandes eventos, que se produzem a partir de catástrofes naturais, incidentes político-sociais, falecimentos de celebridades, além de ocorrências cotidianas que adquirem, por diferentes razões, poder de comoção e mobilização social em larga escala. Por outro lado, tem-se em vista também os acontecimentos rotineiros, “pequenos”, típicos dos crimes e assuntos de polícia. Em todos os casos, a morte surgiria como um elemento disruptor do cotidiano e, portanto, adequado à sua captura pelas redes midiáticas.

No entanto, a morte, longe de ser um acontecimento excepcional, é algo comum e frequente: trata-se da única certeza da vida humana e pessoas morrem todos os dias, de diferentes maneiras. Mesmo retirada da praça pública, mesmo circunscrita a hospitais e espaços específicos, inacessíveis aos olhos cotidianos (Ariés, 2014, entre outros), a morte se mantém presente e desafiando a racionalidade e o conhecimento humanos. É possível narrar o morrer, é possível reconstituir a vida de quem morre, mas a morte é, nela mesma, um acontecimento desconhecido e inenarrável.

Nessa perspectiva, a morte, ao invés de valor-notícia fundamental, se torna o limite da noticiabilidade.

Nesse sentido, diversos estudos (Leal, Antunes & Vaz, 2011a, 2011b; Antunes, 2012, 2013a, 2013b; Vaz, 2013a, 2013b; Tavares, 2013; Marocco, 2013), entre outros, indicam, entre outros aspectos:

- que as narrativas jornalísticas sobre a morte, detêm-se, de fato, sobre aspectos da vida de quem morre e/ou as circunstâncias do morrer. Essas “narrativas da morte”, assim, menos que tornar visível, promovem a invisibilidade desse acontecimento fundamental;
- que, no fluxo regular de notícias, no ritmo das diferentes mídias informativas, a morte perde visibilidade em detrimento de outros aspectos que compõem a narrativa noticiosa, sendo inclusive difícil apreender o “acontecimento primeiro” que seria a base da história contada;
- que a morte noticiada se integra a uma vasta e difusa rede intertextual, sincrônica e diacronicamente constituída, de notícias semelhantes e na qual se articulam os repertórios de formas e modos de saber das mídias informativas, dos seus consumidores e mesmo das demais instituições responsáveis pela “construção social da realidade”;
- que, sejam “pequenos” ou “grandes” eventos, nessa rede intertextual, essas narrativas noticiosas se integram, de modos bastante diversos, às outras narrativas construídas por variados agentes sociais, sejam ele indivíduos, grupos, coletivos e/ou instituições. Em todos os casos, a notícia mantém seu caráter polissêmico e fabular, podendo ser vista como um fragmento aberto ao “encaixe” a outras histórias, sobre diferentes temas e assuntos.

Integrando intrigas narrativas em fluxo e sob constante variação, portanto, as notícias “falam” da morte, mas simultaneamente da vida e de uma série de outros assuntos. A visibilidade da morte apresenta-se então “ambígua” ou “parcial”, uma vez que, sendo o limite do saber e da capacidade narrativa humana, ela se faz ver como “sombra”, “fantasma”, “o que escapa”, em histórias que falam, ao fim e ao cabo, sobre diferentes aspectos da vida e do viver. Em outras palavras, é como se a morte, no noticiário, não fosse apresentada em termos de uma oposição entre longe e perto, presença e ausência, para, numa relação ambivalente, complementar, se configurada como simultaneamente próxima e distante, visível e invisível. Essa apreensão da morte, se correta, pode ser verificada, sugere-se, no levantamento feito sobre assassinatos e outros casos de violência de gênero

no Brasil e parece ser bastante se articular com os modos como a proximidade é compreendida no jornalismo brasileiro.

A PROXIMIDADE E A CONSTRUÇÃO DA DISTÂNCIA

No âmbito dos estudos de jornalismo, a proximidade aparece frequentemente indicada como um dos elementos fundamentais da noticiabilidade. Na compilação feita por Silva (2005), de diferentes estudos acerca dos valores-notícia, a proximidade aparece como um dos mais frequentes. Contudo, o termo também aparece ora impreciso, ora envolto em pressupostos bastante questionáveis, quando não ambos. Afinal, mesmo na sua forma mais comum, quando tomada como “proximidade geográfica”, não ficam claros, por exemplo, que concepção de espaço está sendo mobilizado nem suas implicações. A menos que se adote uma visão extremamente simples, ingênua até, do “geográfico”, não se pode contornar o fato de “proximidade” ser uma relação simbólica articulada à inserção de um corpo num certo espaço e, com isso, ao estabelecimento de distâncias variáveis. “Proximidade”, então, não pode ser entendido como algo facilmente compreensível, como se estivesse apenas vinculada a uma relação eminentemente física.

Entre os pesquisadores que buscaram refletir com mais cuidado sobre a proximidade, Mar de Fontcubierta e Hector Borrat (2006) observam que ela é um dos “eixos vertebradores” da construção da pauta jornalística, ou seja, da definição, escolha e elaboração do que é ou não notícia. No entanto, segundo os autores, a definição do termo é algo um tanto difícil e complexo, pois “proximidade” designa um conjunto bem amplo de relações. Dizem eles:

Quando falamos de proximidade, estamos nos referindo a tipo de jornalismo que não só nos informa dos fatos noticiáveis que, previstos ou imprevistos, acontecem ao nosso redor, como também descreve nossa cotidianidade. Ou seja, não só explica o que muda, mas também o que se repete e permanece. É um jornalismo que, além de contar o que passa, conta-nos, conta como vivemos, ajuda-nos em nossa vida cotidiana, ajuda-nos a construir nossas certezas e a nos desenvolver em nossas inseguranças. É um jornalismo que nos conhece, ao qual conhecemos e no qual – se está em feito – nos reconhecemos. (Fontcubierta & Borrat, 2006, p. 72)

Como se vê, Fontcubierta e Borrat atribuem à proximidade um caráter forte, capaz de definir um “tipo” de jornalismo e de estabelecer relações que envolvem, de diferentes modos, a organização jornalístico-midiática, os acontecimentos sociais, as notícias e seus leitores/consumidores. Os dois autores fazem questão de distinguir, nesse emaranhado, três qualidades específicas da proximidade: a geográfica, a identitária e a psicológica. A primeira diz respeito claramente ao “espaço geográfico comum” entre a mídia informativa, a notícia e os leitores, mesmo que esse “lugar” seja cambiável e composto por articulações variáveis entre o “local”, “o global” e suas zonas intermediárias. Chama a atenção, nessa primeira definição, o esforço de superar a visão ingênua do geográfico, na sua articulação com o “comum”, ou seja, na tentativa de caracterização dessa instável rede simbólica de relações que envolvem uma determinada mídia informativa, seus consumidores e o universo cultural que os envolve.

Já a proximidade identitária refere-se ao pertencimento – da mídia, da notícia e dos leitores - a uma “coletividade histórico-social comum”. Nesse aspecto, os autores observam que a “proximidade” identitária pode tanto confundir-se como transcender o espaço geográfico, da mesma forma que pode abarcar identidades que se sobrepõem. Por fim, a identidade “psicológica” alcança a dimensão emocional, subjetiva que está implicada especialmente – como se depreende da reflexão dos autores – na interação entre os leitores e as notícias. “A realidade da vida cotidiana é um mundo no qual dividimos com os demais não apenas fatos, mas subjetividades. E grande parte do que dividimos são sentimentos”, dizem eles (2006, p. 77).

Pode-se verificar, nessa breve recuperação da reflexão dos autores, que a proximidade compreende relações que envolvem tanto a noticiabilidade - ou seja, os modos interpretativos que fazem com que alguns acontecimentos sejam “percebidos” pelas mídias informativas e transformados em notícia – quanto os modos como a narrativa noticiosa é construída, em suas estratégias textuais e retóricas, e apropriada pelos seus leitores.

Essa amplitude das relações que constituem a proximidade é certamente algo que a tornam um termo vago e impreciso, apesar de aparentemente pertinente. Porém, mesmo em seu esforço de distinguir as diferentes dimensões constitutivas da “proximidade” no jornalismo, Fontcubierta e Borrat não escapam de simplificações. Quando mencionam o “espaço geográfico comum”, os autores desconsideram, por exemplo, as redes de mediações simbólicas, histórico-sociais e intersubjetivas que caracterizam os distintos modos de pertencimento, percepção e trânsito de mídias, grupos e indivíduos nos territórios em que habitam e que organizam

sua apreensão de si e dos outros. Uma mesma mídia informativa pode abrigar (e frequentemente o faz) diferentes percepções acerca do “espaço comum”, do mesmo modo que grupos e indivíduos transitam, tecem e retecem continuamente esses espaços e suas formas de pertencimento.

Do mesmo modo, a identidade, mesmo no plural, surge como um dado, como algo estável, sem comportar ação, transformação, mudança. Por fim, é de se estranhar que a dimensão emocional esteja toda do lado dos leitores, como se os jornalistas e as mídias informativas não fossem impactados (emocionalmente inclusive) pelos acontecimentos, não agissem na pressuposição de seu alcance psicológico e como se não buscassem estratégias narrativas capazes de apelar afetivamente aos públicos.

Além disso, entre vários outros aspectos, é de se questionar também o tratamento homogêneo que o jornalismo recebe, como se ele fosse sempre do mesmo modo e comportasse relações que se dão igualmente no âmbito de cada notícia e da mídia informativa que a torna pública. É nessa perspectiva que este artigo, a partir do levantamento da cobertura sobre a violência contra a mulher, busca observar, mais de perto, o que vem a ser a “proximidade”, de acordo com algumas mídias informativas específicas. O ponto de partida é o aparentemente mais simples entendimento de proximidade como “espaço geográfico comum”. Que espaço seria esse? Seria um só? Que relações comporta?

TÃO LONGE, TÃO PERTO: SOBRE PROXIMIDADES E FRONTEIRAS

Nos três portais pesquisados, foram reunidos um total de 386 sobre a violência contra a mulher no âmbito das relações afetivo-familiares e de sociabilidade cotidiana. Dessas diversas notícias, notas, entrevistas e artigos, 156 abordavam casos de assassinatos e outros 35 narravam histórias de tentativas frustradas dessa ação criminosa, muitas vezes acompanhadas, em ambos os casos, de estupro e/ou outras formas de agressão. Ou seja, 49,45% do material jornalístico recolhido do Uol, do Uai e do G1, que abordavam a violência contra a mulher, tinha como pelo menos um dos seus focos casos de assassinato.

É importante destacar que uma vez que parte das matérias selecionadas era de notas curtas, compostas basicamente por um núcleo narrativo mínimo, a identificação precisa do local onde os acontecimentos se deram nem sempre foi possível. Além disso, cabe destacar as diferenças de perfis e localização regional dos portais. Enquanto UOL e G1 são portais nacionais, vinculados a grandes conglomerados midiáticos e sediados nas

duas maiores metrópoles brasileiras (respectivamente São Paulo e Rio de Janeiro), o Uai é um portal regional, voltado para a cobertura do Estado de Minas Gerais, em especial a Região Metropolitana de sua capital, Belo Horizonte.

Vejamos abaixo alguns gráficos e tabela que apreendem os locais onde as ocorrências relatadas nos portais se deram e alguns comentários a seu respeito. A recuperação dos nomes dos países, estados e cidades respeitou o modo como os portais os apresentaram.

PAÍS DA OCORRÊNCIA	
Alemanha	2
Austrália	1
Brasil	311
China	2
Egito	2
Espanha	3
Estados Unidos	24
França	1
Grécia	1
Iemen	1
Índia	1
Itália	20
Líbia	1
México	1
Paquistão	2
Reino Unido	9
Rússia	1

Tabela 1: País da ocorrência

Ainda que pesem algumas variações referentes a circunstâncias específicas, como o assassinato de uma brasileira na Itália, observamos que as ocorrências são capturadas fundamentalmente no espaço nacional brasileiro (total de 311 textos noticiosos) e dispersamente em outras regiões do mundo, com atenção especial aos Estados Unidos (24 textos) e aos países da Europa (37 textos). É significativa, nesse sentido, a ausência de notícias sobre ocorrências nos países vizinhos da América do Sul. Mesmo no âmbito mais amplo da América Latina, registrou-se, no período de

coleta, apenas um texto noticioso, sobre evento ocorrido no México. Países e regiões mais distantes geograficamente, como aqueles da Ásia, apesar de pouco noticiados, foram significativamente mais mencionados (cinco textos) que os latino-americanos.

Das 311 matérias que mencionavam acontecimentos ocorridos no território brasileiro, 296 traziam explicitamente a cidade onde eles se deram. A partir desse dado, é possível, então, produzir as seguintes visualizações:

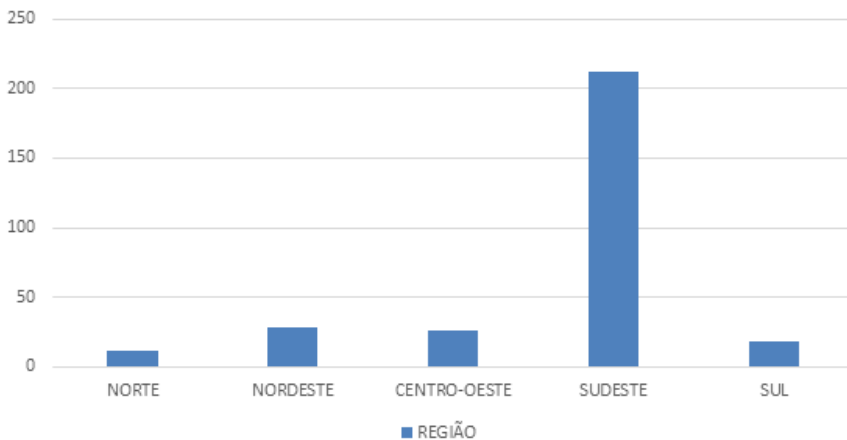


Gráfico 1: Distribuições das locais dos acontecimentos, por região do Brasil

Observa-se, nesse gráfico, por um lado, o predomínio de notícias vinculadas à região Sudeste, mais populosa e economicamente mais importante, além da sede dos três portais pesquisados. Por outro lado, as notícias das demais regiões não obedecem ao mesmo parâmetro. A Região Centro-Oeste, que responde por apenas 7,4% da população brasileira, segundo o IBGE, ocupou 8,8% do material noticiado, enquanto a região Nordeste, que responde por cerca de 27,8% da população, mereceu atenção bem próxima, com cerca de 9,6% das notícias. Essas informações são esclarecidas no gráfico abaixo, que considera a distribuição das notícias entre as capitais dos Estados e as cidades do interior.

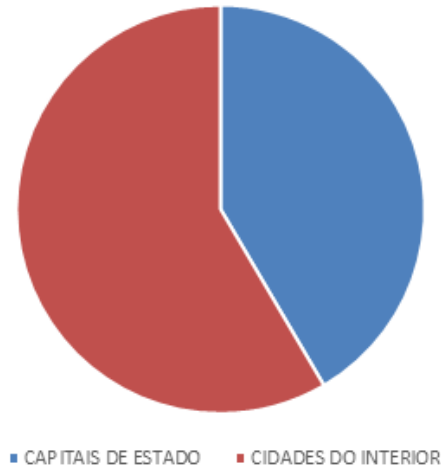


Gráfico 2: Relação Capital/Interior nas notícias

Por esse gráfico, observamos que, independente da região, o foco prioritário dos portais se deu em acontecimentos ocorridos no interior dos Estados, que correspondem a mais de 58% (173 textos) do total de 296 matérias cuja cidade onde se deu os eventos pode ser identificada nas notícias. Parece haver, então, algo como uma contradição entre este gráfico e o anterior: mesmo focando na principal região econômica e população do Brasil, o Sudeste, os portais privilegiam não as localidades centrais, ou seja, as capitais dos Estados, mas as cidades do interior. Esse dado fica mais interessante quando se observa quais regiões da cidade de Belo Horizonte, sede do Portal Uai, foram mencionadas nas notícias, ou seja, onde ocorreram, no âmbito restrito da capital mineira, os casos de violência de gênero noticiados. Das 41 notícias registradas pelo Portal, 34 identificaram bairros ou regiões da cidade onde as agressões aconteceram. Dessas 34, apenas uma ocorreu na região central da cidade. Todas as demais ocorreram em bairros mais afastados.

Observando esses dados, algumas conclusões ou ao menos hipóteses iniciais podem ser elaboradas. Primeiro, que a dimensão geográfica implícita na noção de proximidade não seja a mais relevante. Seja numa escala macro (países e zonas continentais), média ou micro, os portais brasileiros predominantemente trabalharam com uma apreensão da proximidade a partir de parâmetros ideológicos e também em termos de centro/periferia. Enquanto o Brasil é o centro das atenções desses portais, a ausência de

ocorrências na América Latina e mesmo da África, geograficamente mais próximos, indica a identidade ideológica com o chamado “centro” do mundo ocidental. Mesmo nesses centros, pouca ou nenhuma atenção é dada a ocorrências em zonas e países tidos ideologicamente como periféricos (como seria o caso do leste europeu). Quando se observa o país, a divisão centro/periferia se manifesta claramente primeiro no privilégio ao Sudeste e nele, às cidades do interior.

É como se os assassinatos e demais situações de violência de gênero que recebem a atenção midiática só pudessem ocorrer em lugares “distantes”, sejam cidades ou zonas urbanas periféricas. É como se na eleição do que é notícia e na configuração do mundo narrativo de cada uma das histórias que contam, essas mídias estabelecessem fronteiras gradativas entre o que consideram ser o “nós” e os “outros”. Essas fronteiras, variáveis, como se vê, apontam para o estabelecimento de uma distância regulável, no âmbito das mídias informativas e das notícias, do que seria o “próprio” mundo e o mundo alheio, externo, exterior.

Simultaneamente ao estabelecimento da proximidade, portanto, essas mídias e notícias reconfiguram a geografia e as identidades expondo seus limites e seus antagonistas. Ao espaço e à identidade nacional, estabelece-se um outro próximo (parte da Europa e os Estados Unidos), mesmo que milhares de quilômetros afastado, ao mesmo tempo que apaga-se a presença, talvez incômoda, de um vizinho, a América Latina, tornado longínquo e exógeno. O território nacional, por sua vez, é configurado através de relações de hierárquicas de proximidade e distância, que organizam os espaços e as identidades dos integrantes dessa “comunidade”. Esse território nacional, assim, é ainda mais reduzido ao ter sua diversidade interna apreendida nos termos de “nós” e “outros”, ou seja, como se comportando espaços e identidade internos e externos. Menos que uma operação simples, portanto, a “proximidade” implica uma negociação, nem sempre assumida, entre as suas relações constitutivas, (como identidade, alteridade, fronteira, distância) e suas implicações ideológicas e morais.

Na superposição da morte e da proximidade como elementos de noticiabilidade, observa-se então um movimento jornalístico peculiar, típico da informação jornalística - tal como já havia observado Mouillaud (2012), no seu estudo acerca do jornal cotidiano - que articula o visível e o invisível nas notícias e que demarca simultaneamente o que recebe relevo e o que é deixado fora de foco. Nessa perspectiva, menos que uma simples relação espacial, a proximidade jornalística sobrepõe ideologicamente espaços geográficos, territórios, identidades e percepções do “mundo comum” ,

do mundo em que *nós* supostamente vivemos (ou deveríamos viver), ao mesmo tempo que demarca distâncias, entre este e *outros* mundos, *outras* identidades, *outros* espaços. Não se trata, portanto, de proximidade *versus* fronteira, mas de uma configuração peculiar, interdependente, ideologicamente marcada e móvel de ambos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, E. (2012) Acontecimentos violentos, ressentimento e marcas de uma interpretação. In V. França & L. Oliveira (Org.), *Acontecimento: reverberações* (pp. 269-294). Belo Horizonte: Autêntica.
- Antunes, E. (2013a) Notícias depois da morte: visibilidades e ausências no jornalismo. In C. Berger; B. Marocco & R. Henn (Org.), *Jornalismo e acontecimento: diante da morte* (pp. 49-69). Florianópolis: Insular.
- Antunes, E. (2013b). Noticiabilidade periférica ou quando a morte pergunta pela notícia. In D. Vogel; E. Meditsch & G. Silva (Org.), *Jornalismo e acontecimento: tramas conceituais* (pp. 105-133). Florianópolis: Insular.
- Ariès, P. (2014). *O homem diante da morte*. Bauru: Unesp.
- Benetti, M. & Fonseca, V. (Org.) (2010). *Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis: Insular.
- Berger, C.; Marocco, B. & Henn, R. (Org.) (2013). *Jornalismo e acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular.
- Biondi, A. & Vaz, P. B. F. (2013). Identidades precárias e narrativas de crime: a propósito do fotojornalismo brasileiro. In M. Ledo Andión; X. López García & M. Salgueiro Santiso (Ed.), *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* (pp. 179-188). Santiago de Compostela: Lusocom / Agacom.
- Biondi, A. & Vaz, P. B. (2011). Figuras solenes, fatos qualificados: narrativas de vida e morte no fotojornalismo. *Revista Eco-Pós*, 14, 97-109.
- Braga, J. L. (2008). Comunicação, disciplina indiciária. *Matrizes*, 2, 73-88.
- Fontcubierta, M. & Borrat, H. (2006). *Periódicos: sistemas complejos, narradores en interacción*. Buenos Aires: La Crujia Ediciones.
- Imbert, G. (2008). *El transformismo televisivo*. Madrid: Cátedra.
- Leal, B. S. (2008). Telejornalismo e autenticação do real. *E-Compós*, 11, 1-13.

- Leal, B. S. (2013a). No embate entre tática e estratégias, o fluir e a fabulação do acontecimento. In D. Vogel; E. Medistch & G. Silva (Org.), *Jornalismo e acontecimento 4: tramas conceituais*. (pp. 135-158). Florianópolis: Insular.
- Leal, B. S. (2013b). O realismo em tensão: reflexões a partir da morte como acontecimento nas narrativas jornalísticas. In C. Berger; B. Marocco & R. Henn (Org.), *Jornalismo e acontecimento: diante da morte* (pp. 91-110). Florianópolis: Insular.
- Leal, B. S.; Antunes, E. & Vaz, P. B (Org.) (2011a) *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular.
- Leal, B.; Antunes, E. & Vaz, P. B. (2011b). Aproximações ao trágico cotidiano: uma reflexão metodológica. In *Anais do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores em jornalismo*. Rio de Janeiro: UFRJ. Retirado de http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/9encontro/CC_o8.pdf
- Leal, B. S. & Carvalho, C. (2012) *Jornalismo e homofobia no Brasil: mapeamentos e reflexões*. São Paulo: Intermeios.
- Leal, B. S.; Vaz, P. B. & Antunes, E. (2012). Narratives of death. In R. Cabecinhas & L. Abadia (Org.), *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches* (pp. 91-110). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Marocco, B. (2013). A morte iminente no fait divers. In C. Berger; B. Marocco & R. Henn (Org.), *Jornalismo e acontecimento: diante da morte* (pp. 185-202). Florianópolis: Insular.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura*. São Paulo: Annablume.
- Mouillaud, M. (2012). *O jornal*. Brasília: UnB.
- Pasiato, W. (2011). “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, 37.
- Silva, G. (2012). Imaginários da morte, o acontecimento noticioso primordial. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 9, 462-474.
- Silva, G. (2013). Imagens e experiências nas notícias sobre a morte. *Estudos de jornalismo e mídia*, 10(2), 495-513.
- Silva, G; Silva, M. P. & Fernandes, M. L. (Org.) (2014). *Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações*. Florianópolis: Insular.
- Silva, G. (2005). Para pensar critérios de noticiabilidade. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 2(1), 95-107.

- Tavares, F. (2013). A cotidianidade do morrer na vida noticiosa. In C. Berger; B. Marocco & R. Henn (Org.), *Jornalismo e acontecimento: diante da morte*, (pp. 71-90). Florianópolis: Insular.
- Traquina, N. (Org.) (1999). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2001). *O que é jornalismo*. Lisboa: Quimera.
- Vaz, P. B. F. (2013a). Lições de morte nos jornais. In C. Berger; B. Marocco & R. Henn (Org.), *Jornalismo e acontecimento: diante da morte* (pp. 21-47). Florianópolis: Insular.
- Vaz, P. B. F. (2013b). O acionamento da memória visual na configuração do acontecimento. In D. Vogel; E. Medistch & G. Silva (Org.), *Jornalismo e acontecimento 4: tramas conceituais* (pp. 159-180). Florianópolis: Insular.
- Vaz, P. B. F. & Franca, R. O. (2011). O acontecimento enquadrado: a tragédia em capas de revistas. In B. S. Leal; E. Antunes & P. B. F. Vaz (Org.), *Jornalismo e Acontecimento - Percursos Metodológicos* (pp. 167-188). Florianópolis: Insular.
- Wolf, M. (1994). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Zelizer, B. (2010). *About to die*. Baltimore: Oxford.

Citação:

Leal, B. S. (2016). Crimes de proximidade e nodos de aproximação: fronteiras narrativas. In M. L. Martins; M. L. Correia; P. Bernardo Vaz & Elton Antunes (Eds.), *Figurações da morte nos média e na cultura: entre o estranho e o familiar* (pp. 19-32). Braga: CECS.